Congressistas prevêm dificuldades na votação de matérias importantes

por João Alexandre Lombardo de Brasília

O vice-presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), vai propor às lideranças partidárias a realização de dois esforços concentrados, um em agosto e outro em setembro, para que o Congresso possa, em plena campanha eleitoral, votar matérias urgentes e importantes. Ele marcou para 1º de agosto uma reunião com os líderes, para tratar do assunto.

"Sem esforços concentrados não conseguiremos votar nada. Temos que ser realistas", disse Inocêncio. É que a volta do recesso parlamentar coincide com o início da propaganda eleitoral no rádio e na televisão, e com o período em que os candidatos intensificam suas campanhas. Nos estados, 35 parlamentares disputarão a eleição para governadores de estado, enquanto a grande maioria do Congresso concorre à reeleição.

"LIMPAR DA PAUTA"

Segundo o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), o Congresso só deverá voltar a funcionar normalmente a partir de meados de outubro, depois da eleição para deputados, marcada para o dia 3 daquele mês. "Antes disso, só teremos votações com esforços concentrados", disse ele. Normalmente, esses esforços são marcados para períodos de uma semana, quando deputados e senadores tentam "limpar" a pauta das três Casas legislativas.

Tanto na opinião de Passarinho quanto da de Inocêncio Oliveira, o grosso das votações, no período eleitoral, se dará em torno de vetos presidenciais, medidas provisórias, créditos suplementares e projetos que estejam em regime de urgência-urgentíssima. Passarinho acha, porém, que a grande maioria dos

projetos ficará estagnada no período, já que as comissões permanentes da Câmara e do Senado não deverão funcionar.

VETOS PRESIDENCIAIS

Estão em pauta, hoje, no Congresso 51 vetos presidenciais. Eles estão distribuídos por nove projetos de lei. Tramitam também pela Casa cinco medidas provisórias cujo prazo de apreciação vence durante o recesso. São elas as medidas que tratam da suspensão de concessões de liminares ao Plano Collor (192), da reposição de perdas salariais (193), da destinação de recursos à área de educação (194), da atualização do BTN, depósitos em caderneta de poupança e ampliação de incidência do IOF (195) e do reajuste das prestações do Sistema Financeiro da Habitação (196). É possível que todas sejam reeditadas pelo governo.

OUTRAS PENDÊNCIAS

Quanto aos vetos, eles podem crescer. É que o presidente Fernando Collor de

Mello terá que se pronunciar sobre o projeto de lei aprovado pela Câmara e Senado, que restabelece a indexação para os salários até a faixa de 10 mínimos. Conforme adiantaram lideranças partidárias no Congresso, o presidente deverá vetar o projeto. Além dessas matérias, segue para o Congresso, em agosto, o Orçamento Geral da União para 1991.

Projetos importantes na área da Previdência Social não foram votados no primeiro semestre e deverão voltar à pauta depois do re-

cesso, no Senado. O Código de Defesa do Consumidor, já aprovado na Câmara, também está no Senado e poderá ser votado no segundo semestre.

Na Câmara, entre os projetos já prontos para votar, estão aqueles que dispõem sobre a Lei Agrícola, o tabelamento dos juros reais em 12% ao ano e o regime único para o funcionalismo. Também já está pronto para ser apreciado o projeto do deputado Néilson Jobim (PMDB-RS), que regulamenta a edição das medidas provisórias.

A